

A CIDADE DE SOBRAL NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR NO CEARÁ (1963-1970)

Viviane Prado Bezerra¹

Resumo

Este artigo faz parte de um estudo mais amplo sobre a Ditadura Militar na cidade de Sobral – CE durante os anos de 1963-1970. O que se tem publicado é o primeiro capítulo dessa pesquisa que primou pelo contexto político municipal que estava vivenciando a cidade de Sobral nesse momento. As questões relacionadas às práticas oligárquicas aparecem como uma forma de inserir a cidade num contexto político comum a todos os estados nordestinos. Salientamos a política dos Coronéis como uma extensão da Ditadura Militar no Ceará, que serviu de reforço ao mandonismo dos políticos locais e legitimou o paternalismo, nepotismo e clientelismo, vícios de longe arraigados na política do interior. O período escolhido se justifica pela permanência das famílias Prado e Barreto, que se revesaram no poder durante todo o *Ciclo dos Coronéis*.

Palavras-Chave: Ditadura Militar, Política dos Coronéis, Oligarquia.

Abstract

This article is part of a broader study on the Ditadura Military in the city of Sobral - EC during the years of 1963-1970. What has been published is the first chapter of this research that primou by municipal political context that was living the city of Sobral at that time. Issues related to the practices oligárquicas appear as a way to enter the city in a political context common to all states nordestinos. Stress the policy of Coronéis as an extension of the Military Ditadura in Ceará, which served to strengthen the mandonismo of local politicians and the legitimacy paternalism, nepotism and patronage, by far biases rooted in the politics of the interior. The period chosen is justified by the permanence of families Prado and Barreto, who revesaram in power throughout the cycle of Coronéis.

Keywords: Ditadura Military, Politics of Coronéis, Oligarquia

Introdução

Como já mencionado, este artigo compõe parte de minha monografia de graduação, intitulada “Memória Política de Sobral: ditadura militar em foco (1963-1970)”. Com o intuito de estudar sobre a ditadura militar em Sobral, tentei dar conta do contexto político local para entender de que forma a política ditatorial era praticada e entendida não só pelos políticos locais, como também pelos meios de comunicação, leia-se o jornal católico “Correio da Semana” e as rádios “Educadora do Nordeste” e “Tupinambá”.

A aproximação com os conflitos e discursos produzidos por essas emissoras radiofônicas se deu através do contato com as Atas da Câmara Municipal de Sobral, de 1968 e com uma carta de Padre Palhano direcionada Abdelmomen Melo. Nesta carta se revela a influência da ditadura militar na política de Sobral, principalmente quando da

¹ Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará/UFC e Bolsista da CAPES

formação de alianças entre o poder municipal, estadual e federal. A título de informação, Padre Palhano foi uma forte figura política de Sobral, eleito deputado estadual, sendo caçado e preso durante a ditadura. Durante sua prisão se correspondia com Abdelmomen, que no momento deste estudo cumpria seu mandato de vereador pela ARENA.

A entrevista de Abdelmomen Melo nos ajudou a compreender as arbitrariedades praticadas pela política do interior. Tais elementos nos serviram de fontes para construir um entendimento sobre a atuação da ditadura em Sobral num primeiro momento da pesquisa.

1. A “Política dos Coronéis”: uma extensão da ditadura militar no Ceará (1963-1970)*

“Até quando, turbulenta Câmara, abusarás de nossa paciência?(...) Queixumes contrários ao pensamento ou convicção de quem, na esquisita duplicidade legislativa, encontrasse procedência ao expediente usado pela Câmara de sua predileção para expurgar a outra, ilegítima, espúria, desenhabida, embora não soubesse qual a legal. E ainda admitisse não haver insulto à cidade que está crescida e merece que se lhe divulgue a importância, em manchetes, para ser alvo da atenção de todos, mesmo dos que lhe tentam desdoirar, com piadas irônicas, desenvolvendo, lá fora, a pecha de Sobral duas-avenidas, Sobral dois cemitérios, Sobral duas-câmaras. (...)”¹

Esse trecho extraído de um artigo do jornal *Correio da Semana* reflete a situação política porque passava a cidade de Sobral em 1968. A reportagem trouxe para a cena social, através dos meios de comunicação, os conflitos vivenciados pela política local.

Em todo o artigo percebemos uma insatisfação com a realidade política de Sobral daquele momento. A divisão da Câmara dos vereadores denota quão arbitrária se mostrava nossa política municipal. O autoritarismo e o individualismo dos líderes locais parecia ultrapassar os limites dos direitos e deveres do poder público para com os cidadãos fazendo da política, através de seus mandatos ou assegurados por seu prestígio político, uma arena de disputas pessoais ou partidárias.

A citação acima se remete ao episódio de fechamento da Câmara municipal, em 1968. Segundo Abdelmoumen Melo, vice-presidente da Câmara, na época, o fato

^{1*} Este artigo é resultado de uma adaptação do primeiro capítulo de minha monografia: BEZERRA, Viviane Prado. **Memória política de Sobral - ditadura militar em foco (1963-1970)**. Sobral – CE: Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, 2004. Sob orientação do Prof. Ms. Agenor Soares e Silva Jr.

¹ Correio da Semana, Sobral. 14 de maio de 1968. Ano 51. N.º 02. P. 07.

ocorreu quando em uma seção de reunião houve um desentendimento entre os partidários de Cesário Barreto (ARENA), que governara de 1963 a 1966, e o presidente da Câmara, José da Mata (ARENA), que era partidário do então prefeito Jerônimo Prado.

Tal desentendimento resultou na retirada de José da Mata e de toda sua bancada, como manifestação de apoio. A partir disso, os vereadores coligados a Cesário Barreto, a mando deste, fecharam a Câmara e passaram a impedir que seus adversários cumprissem o expediente. A intenção de tal ato, seria a cassação de todos os vereadores coligados a Jerônimo Prado. Assim, no prazo de cinco dias sem expediente, pela lei, qualquer vereador perderia seus mandatos.

Como lembra Seu Abdelmoumen,

“... não porque começaram a criticar o Zé da Mata numa seção ordinária, e o Zé da Mata muito zangado e tudo, retirou-se e pediu a bancada pra nos retirar, nós nos retiramos. Aí, eles tomaram conta da Câmara, fecharam e ficaram fazendo seção secreta... pensando nos cassar, né? Aí, quando foi no quinto dia, nós vimos que o negócio tava sério e quebramos a Câmara. As portas muito largas do tempo do Império, nós quebramos de marreta.”²

Como podemos notar, a política do interior se mostrava impregnada de particularidades que retratava, não só as irregularidades da política municipal como também a própria estrutura de poder na qual estava alicerçada tal política.

O estado do Ceará, nesse momento, vivia sob a Política dos Coronéis. Os governadores Adauto Bezerra, Vigílio Távora e César Cals, proporcionaram, nesse período, uma materialização das práticas culturais sobreviventes ao fim do sistema oligárquico no Brasil. Tal cultura nortearia toda estrutura de poder local abrindo margem para arbitrariedades que marcariam a política do interior.

O fato do fechamento da Câmara e sua conseqüente divisão em duas, coincidem com o fato de se ter no universo político de Sobral espaço para a existência de duas facções da ARENA, ARENA I e ARENA II. Essa característica da política local vem a legitimar a atuação dos vereadores e a fortalecer a idéia de mandonismo e autoritarismo como variantes da prática de nossa política.

Tal divisão demonstra também a expressão que o partido oficial da ditadura militar alcançou em Sobral. Pensamos esse cisma como resultado de intrigas políticas

² Abdelmoumen Melo, Sobral. Entrevista gravada em 1.º de outubro de 2003.

locais entre as famílias Prado e Barreto, mas também como uma resistência ao bipartidarismo ditatorial.

Com a Política dos Coronéis a representação da ARENA, enquanto partido político, se tornou ainda mais freqüente no interior do estado. No entanto, é a partir dessas variações partidárias que percebemos a fragilidade da política quando se pensa em homogeneizar ideologias e fidelidades partidárias. Nesse sentido;

“... a Política dos Coronéis tinha duas táticas: a) união na cúpula e b) divisão nas bases, com isto não sobrava espaço para o MDB ou o surgimento de novas lideranças.”³

Por outro lado, “... a fragilidade desse acordo (dos coronéis), portanto, era a falta de fidelidade nas bases.”⁴

Desse modo, os conflitos políticos de 1968 tornaram-se visíveis para a população. O povo assistia perplexo às irregularidades praticadas pelos líderes locais. Os meios de comunicação, jornal *Correio da Semana* e as rádios *Educadora do Nordeste* e *Tupinambá*, se encarregaram de repassar tais acontecimentos articulando-os em discursos que se forjavam para justificar, defender ou criticar, um ou outro lado envolvido.

Em 21 de setembro de 1968, encontramos na seção de política do *Correio da Semana* uma menção ao fato das “duas Câmaras”, o vereador Francisco Cândido (ARENA) faz saber a população local de sua insatisfação por conta de tal desrespeito com a política e com os cidadãos de Sobral. Assim,

“O vereador Francisco Cândido Nascimento vem afirmando diária e publicamente a sua firme disposição de ingressar no M.D.B., em face das inúmeras irregularidades promovidas pela ARENA sobralense, as quais já ultrapassaram as fronteiras do nosso Estado, e até mesmo do País, para vergonha de todos nós, como o caso da instalação de (2) Câmaras municipais, cujos responsáveis, naturalmente irão receber o repúdio do povo nas próximas eleições, porquanto os sobralenses sabem perfeitamente quem foi o principal responsável por esta idéia, bem como, sabe quem fornece instruções para que permaneçam funcionando as duas Câmaras.”⁵

A notícia é repassada pelo jornal com o cuidado de não citar nomes. Fala-se de um responsável, no entanto, deixam subentendido aos leitores o nome e os discursos políticos que estiveram por trás dessa divisão. Tal comportamento faz-nos perceber o

³ PARENTE, F. J. C. O Ceará dos “coronéis” (1945 a 1986) In: **Uma nova história do Ceará**. Org. SOUZA, Simone. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. Pp. 381-408. P.403.

⁴ Idem, p. 405.

⁵ Correio da Semana, Sobral. 21 de setembro de 1968. Ano 51. N.º22. p. 02. (Grifos meus)

“Correio” como um jornal moderado, no sentido de evitar um envolvimento direto com uma ou outra facção política. Assim, esse jornal cumpria com sua função de meio de comunicação social informando sobre os fatos que assolavam a cena urbana, porém, não se comprometia politicamente com nenhuma liderança local.

Nesse sentido, os discursos políticos precisam ser esmiuçados de modo que se possa perceber o jogo de interesses que ronda as figuras políticas que se apropriam de tais discursos. No entanto, esses discursos não se concebem desvinculados do campo ideológico, que, por sua vez, forjam no social um imaginário simbólico capaz de intervir num dado momento histórico. Tomando Castoriadis, “o discurso não é independente do simbolismo [...] o discurso é tomado pelo simbolismo.”⁶

Partindo desses conflitos políticos, numa tentativa de entendermos nossa estrutura de poder local, pensamos a Política dos Coronéis como forma de contextualização das arbitrariedades e práticas de caráter oligárquico observado no universo político de nossa cidade. Desse modo, a existência de tal “Política” serviu como apoio ao projeto de integração nacional desenvolvido a partir de 1964, legitimado pela ditadura militar no Brasil.

No Ceará, estado que se viu desenvolver sob os lucros do charque e do algodão, salvo os avanços industriais e o processo de urbanização intensificado, principalmente a partir de 1970, e aqui, teríamos que levar em consideração toda a conjuntura nacional de regime militar, de abertura ao capital estrangeiro, de mecanização do campo e, conseqüentemente, o crescimento populacional das cidades. Esse estado pode-se dizer teve sua economia calcada na cultura agropecuária⁷.

Levando em consideração a estrutura fundiária (latifundiária), concentradora e excludente, que permeia a realidade nordestina, arrisca-se em dizer que, dessa forma, constrói-se no Ceará, um ambiente propício para o desenvolvimento de uma política baseada em práticas de nivelamento social. Nesse sentido, destacamos o hábito de apadrinhamentos, que, de certa forma, tende a trazer uma maior aproximação apresentada nas relações de “amizade/intimidade” entre famílias ricas e pobres, principalmente em anos eleitorais, quando se trata de famílias tradicionalmente políticas de diversas regiões do Ceará. Ou seja, práticas clientelistas e de dominação pessoal.

⁶ CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1995. P. 169.

⁷ Sobre a importância da comercialização do Charque e da produção de algodão para o desenvolvimento do Ceará ver: GIRÃO, V. C. As charqueadas. In: **História do Ceará**. Org. Souza, Simone. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995. Pp.65-85

Como ressalta Gabriel Vasconcelos: “Malgrado às transformações sócio-políticas, o Ceará mostra-se muito receptivo a sistema de mando que guardam similitudes com a estrutura própria de um tempo em que o mandonismo local se apoiava essencialmente no coronelismo...”⁸

Em nível local, quase todos os municípios cearenses, por um período de sua história, tiveram chefes políticos descendentes de uma mesma família, ou quando não, os prefeitos eleitos eram aqueles indicados ou apoiados por essas tradicionais famílias políticas. A exemplo disso podemos destacar as “oligarquias” dos Silveira/Oliveira em Acaraú, dos Aguiar/Coelho, em Camocim, dos Arruda, em Granja e, àquela que nos interessa neste trabalho, a oligarquia Prado/Barreto em Sobral.

Por outro lado, para Josênio Parente⁹, apesar de se verificar na política cearense a predominância de famílias fortalecidas politicamente pela fidelidade de seus eleitores, ou ainda admitir-se a existência do clientelismo, não significa admitir o estado do Ceará enquanto produtor de oligarquias.

“O caso da chamada oligarquia accioly, no começo do século, e dos coronéis (Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals), na década de 1970, surgem como conseqüências alheias à estrutura interna da sociedade cearense, e por isso mesmo, não se sustentam como suporte para confirmar a existência do coronelismo – oligarquias fortes internamente – no Estado do Ceará.”¹⁰

Partindo desse ponto de vista, seria ingenuidade não perceber na esfera social as representações simbólicas¹¹ que regem as relações sociais no estado do Ceará.

Fala-se em representações simbólicas com o sentido de mostrar a importância que a tradição familiar, a parentela, o compadrio, a troca de favores, ou até mesmo a apropriação de instituições que atingem o âmbito do sagrado ou do ideológico, como é o caso do casamento e da fidelidade partidária, representam para o universo simbólico da cultura oligárquica enquanto sustentadoras da estrutura do poder vigente.

“Vinculações de sangue e casamento, bem como laços imaginários ou rituais, influenciariam fortemente as associações econômicas e políticas[...]durante a era

⁸ VASCONCELOS, G. A.A . **Bela Cruz é nossa! Os Silveira/Oliveira e seus caminhos: (1966-1996)**. Programa de Pós-Graduação, UFPE. 2000. p109 (Dissertação de Mestrado)

⁹ PARENTE . Op. Cit. Quanto a não formação de Oligarquias no Ceará, Parente atribui ao fato da fragilidade política das elites cearenses, das quais não conseguem eleger seus candidatos por mandatos sucessivos.

¹⁰ Ibidem, p.383

¹¹ Quanto ao universo simbólico e a apropriação dos símbolos e suas representações na sociedade ver CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1995.

das oligarquias[...]. O grupo familiar selecionava pessoas de fora, particularmente através do casamento, acomodando-os como membros do grupo, segundo categorias de recrutamento.”¹²

A citação acima nos serve para exemplificar uma prática presente na política nordestina. De forma geral, e aqui, mesmo consciente das contradições acerca das generalizações, arriscamo-nos em trazer para a nossa realidade cearense uma característica da política paraibana, posto que num estudo de caso da política do Ceará também observamos o casamento, assim como alianças partidárias uma forma de fortalecimento político das famílias detentoras do poder local.

Em particular, na nossa pesquisa, não encontramos a utilização do casamento como prática comum de aliança política entre as famílias em questão, no entanto, achamos conveniente a citação do caso paraibano no sentido de mostrar que as práticas de cunho oligárquico ultrapassam fronteiras não só simbólicas como também territoriais.

Ainda sob essa linha de raciocínio,

“A oligarquia é o governo de uma ou poucas famílias, gerindo autoritariamente os destinos políticos do povo, sob o jugo de suas ambições[...].É o despotismo superposto a justiça e ao direito, suplantando até as garantias de vida e propriedade! [...]. Os costumes- o caráter, o merecimento- a honra e dignidade social, não existem para os politiqueros que fazem profissão de lisonja da intriga e da passividade, pondo-se a serviço dos usurpadores.”¹³

De acordo com essa definição de oligarquia muitos autores divergem de Parente. Tanto Vasconcelos como Gondim¹⁴ reafirmam o estado do Ceará enquanto espaço propício para a formação dessas oligarquias. Dessa forma, o ciclo dos coronéis¹⁵ que governou o Ceará durante todo o regime militar, aparece no cenário político cearense subsidiado por práticas clientelistas, ao mesmo tempo em que explora o universo simbólico se apropriando da figura do coronel, que numa dada realidade histórica representou um ícone do sistema oligárquico brasileiro.

¹² VASCOCELOS, Op. Cit, p. 55 apud LEWIN, L. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia familiar**. Rio de Janeiro. Record, 1993. P.115.

¹³ VASCOCELOS, Op. Cit. P.57 apud RODRIGUES, I. C. A gangorra do poder (Paraíba 188-1930) Trecho extraído do Manifesto publicado no Estado da Parahyba, Parayba, edição de 19 nov 1911.

¹⁴ GONDIM, L. M. P. **Clientelismo e modernidade nas políticas públicas – Os “governos das mudanças” no Ceará (1987-1994)**. Editora Unijuí. RS, 1998

¹⁵ “Ciclo do Coronéis” : Virgílio Távora 9192-1966); Plácido Castelo (1967-1970); César Cals (1971-1974); Adauto Bezerra (1975-1978); Virgílio Távora (1979-1982) e Gonzaga Mota (1983-1986)

No caso do ciclo dos coronéis, as figuras de Adauto Bezerra, Virgílio Távora e César Cals emergem como chefes políticos fortes. Assegurados pelo aparelho repressor do Estado ditatorial do Brasil e mesclando o discurso desenvolvimentista daquele momento com práticas clientelistas, esses “coronéis” fizeram do Ceará um reduto das características do sistema oligárquico de outrora.

Conforme esse quadro político, revestido por práticas clientelistas, populistas e dominadoras, no interior do estado cearense observou-se a predominância de algumas famílias no controle do poder municipal, que também utilizaram largamente esses mecanismos de governo.

Dessa forma, à sombra do “ciclo dos coronéis”, no interior do estado consolidava-se a “oligarquia” Prado/Barreto em Sobral. Não oligarquia enquanto sistema, mas enquanto conjunto de signos/representações resistentes ou sobreviventes ao fim desse sistema.

Nessa perspectiva, acredita-se que o ciclo dos coronéis tenha significado uma extensão da ditadura militar no Ceará. Não no sentido de ampliação do sistema repressor ou dos mecanismos de censura instalados no Brasil a partir de 1964, mas, principalmente, com relação ao apoio que tais governos demonstraram aos generais-presidentes durante todo o regime.

Tal apoio não se desenvolveu com neutralidade. Há, nesse caso, uma troca de interesses que, favorecia o governo federal, já que com o apoio do Ceará, dentro do projeto de integração nacional, as metas propostas por esse governo não seriam desrespeitadas, considerando que dentro do nordeste se destacaram Recife e Sergipe como pólos de resistência. Não seria interessante para o poder central se confrontar com mais um estado nordestino, do mesmo modo, o governo estadual também se favorecia, posto que o acordo dos coronéis, para controle do Ceará, só pôde ter existido e resistido dentro da nova organização político-eleitoral (eleições indiretas) instituída pela ditadura.

Dessa forma, “...a política pós- 64 fortaleceu lideranças como Virgílio Távora, já em ascensão no período anterior, Adauto Bezerra e César Cals. Esse fortalecimento, contudo, era devido à força do governo central.”¹⁶

No entanto, apenas a partir de 1963 é que se pode observar a alternância das famílias Prado/Barreto no controle municipal. Até então não se verifica uma sucessão

¹⁶ PARENTE, Op. Cit., p. 408.

uniforme das elites políticas sobralense na prefeitura. Esse último fato vem significar, aos olhos de Parente, a comprovação do Ceará enquanto estado não formador de oligarquias fortes, posto que para esse autor a família não pode ser tomada como critério de oligarquia. Em suas palavras:

“A família no Ceará não indica oligarquia e nem é um critério de fidelidade partidária, sobretudo em se tratando da zona norte do estado. A fidelidade circunstancial está na capacidade de distribuir recuo em momentos específicos. O clientelismo, então, não é sinônimo de coronelismo, de oligarquias fortes internamente, mas um mecanismo tradicional de criar fidelidades quando a ideologia não consegue.”¹⁷

Desse modo, a família, representando ou não elemento formador de oligarquia, não empobrece o fato das famílias citadas terem se revezado na prefeitura de Sobral de 1963 até 1994, ou seja, o que nos interessa, por hora, é o fato de tais famílias terem se mantido no poder por três décadas consecutivas.

Em 1963, elege-se prefeito Cesário Barreto Lima. Logo após seu mandato, nas eleições de 1966, assume a prefeitura, Jerônimo Medeiros Prado. Desse modo, estavam plantadas as sementes do domínio Prado/Barreto que decidiriam a vida política de Sobral durante toda a sobrevida do “ciclo dos coronéis”, portanto, durante todo o regime militar no Brasil.

A partir de então, a cada eleição, Sobral se preparava para receber em seu governo, o representante de um ou outro grupo hegemônico. Em 1971, a prefeitura volta às mãos dos Barretos, desta vez, sob o comando de Joaquim Barreto Lima. Este se mantém na prefeitura apenas por dois anos, devido o ato institucional n.º 11, de 14 de agosto de 1969, que tinha o interesse de igualar os mandatos dos prefeitos e dos governadores. Dessa forma, “O ato institucional n.º 11, de 14 de agosto de 1969, alterou a data da posse dos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, bem como a duração de seus mandatos, sob alegação de ser dispendioso realizarem-se eleições de dois em dois anos.”¹⁸

Em seguida, ao fim de seu mandato, nas eleições de 1972, elege-se para prefeito José Parente Prado. Cristalizava-se, assim, a “dobradinha” Prado/Barreto em Sobral.

¹⁷ Ibidem, p. 386

¹⁸ VASCOCELOS, Op. Cit., p. 49

Esse fenômeno político se repetiria até 1994, quando o então prefeito Ricardo Barreto Dias, teria seu mandato cassado por praticar desfalque no orçamento municipal.

No entanto, cabe a este trabalho, deter-se apenas nos mandatos de Cesário Barreto e Jerônimo Prado, ou seja, de 1963 a 1970.

Nessa perspectiva, esta pesquisa não tem o intuito de mostrar Sobral, enquanto cidade oligárquica, mas de apresentar esta cidade como mais uma representante da estrutura de poder local, inserida em um contexto político, predominante em grande parte do estado do Ceará.

Desse modo, para melhor entendermos esse universo da cultura oligárquica em Sobral, faz-se necessário recorrermos às atas de reuniões da câmara municipal, de 1968. Enquanto fonte histórica, as atas utilizadas em nossa pesquisa representam para nós o registro de discursos que foram forjados por sujeitos também históricos, portanto, discursos impregnados de significados e subjetivismos, porque foram construídos no “calor da hora”, que merecem o destaque de análise que, por hora, dedicamos a elas.

"... facultada a palavra, usou a palavra o vereador Antônio de Lisboa, comentando inicialmente, que sempre se batia junto aos colegas no sentido de não serem respondidas certos massacres encetados pela situação, que para satisfazer caprichos políticos, desrespeitava até mesmo a justiça, terminando frisou o orador, que continuavam de vigília, de frente erguida com a mesma força destemida resguardando seus direitos, dado pelo voto e pela justiça. Continuando facultada a palavra fez uso o vereador Francisco Cândido, que em longa oração, descreveu os acontecimentos políticos, que ora atravessa o município de Sobral., fazendo um relato minucioso da conduta do ex- presidente desta casa, José da Mata e Silva, desde o início da presente Legislatura até os últimos instantes da presidência, que durante este período, o Sr. José da Mata, prevalecendo-se da posição, abusou do poder por sua intempestividade e desrespeito a justiça, cassava e extinguiu mandatos, afora outras séries de arbitrariedades cometidas, satisfazendo desta maneira, os desejos de politiquieiros, prosseguindo o orador, fez várias críticas a administração municipal, inclusive, referentes a bolsas de estudo e admissão de parentes no serviço público municipal..."¹⁹

Observando a fala do vereador Francisco Cândido (ARENA), vemos em seu discurso um protesto contra o autoritarismo, o proselitismo, o clientelismo e, por último, contra o nepotismo. Esse trecho da ata nos permite pensar que a política local não esteve livre das práticas oligárquicas, anteriormente tão explicitadas. Tampouco não nos escapa a incoerência do discurso do vereador, quando recorre aos direitos políticos

¹⁹ Ata da 16ª sessão ordinária da câmara municipal de Sobral realizada em 23 de abril de 1968. (grifos meus)

sancionados pela legitimidade do voto, quando na realidade brasileira daquele momento o voto se transformara num elemento secundário e sem caráter representativo nas eleições nacionais e estaduais, posto que o que se tinha era um sistema antidemocrático embalado por um processo de eleições indiretas.

Notamos também, que esses mecanismos políticos não passaram despercebidos aos olhos do meio político sobralense. Tampouco se fizeram invisíveis para uma parcela "politizada" da cidade.

Se tomarmos como exemplo outra ata de 1968, veremos que nesse ano, Sobral parecia ferver em meio a seus acontecimentos. Por mais uma vez o vereador Francisco Cândido se fez presente:

"... facultada a palavra, o vereador Francisco Cândido ocupou a tribuna, iniciando fez um requerimento a presidência da casa, no sentido de fazer uma consulta ao nosso setor jurídico particular, de acordo com a Lei de Segurança Nacional, sobre os constantes ataques feitos através da Rádio tupinambá de Sobral, com relação a problemas pessoais de vereadores e até mesmo da câmara, o qual submetido a discussão e votação, teve aprovação unânime."²⁰

Portanto, nos parece cabível pensar que os desentendimentos políticos, ou mesmo, o jogo de interesses, que envolviam alguns políticos locais extravasaram a própria esfera política, ou seja, externaram-se dos muros da câmara e prefeitura municipais. Através de programas de rádio, a população civil passava a ter conhecimento de tais acontecimentos, passava então a se envolver no universo político da cidade e, dessa forma, a absorver os discursos construídos por um ou outro lado envolvido.

Nesse momento, a cidade passava por conflitos políticos que mostravam para a população a força da cultura oligárquica como variante das práticas políticas observadas no interior do estado. A divisão da ARENA e a divisão da Câmara municipal representaram, a nosso ver, a expressão máxima do poder que as famílias Prado e Barreto, enquanto representantes dessa cultura, exerceram sobre o universo político de Sobral.

Percebemos que o cenário social se mostra impregnado de discursos e representações simbólicas que invadem o coletivo de maneira quase imperceptível.

²⁰ Ata da 18ª sessão ordinária da câmara municipal de Sobral realizada em 25 de abril de 1968. (grifos meus)

“Uma das estratégias mais universais do poder simbólico consiste assim em pôr o senso comum do seu próprio lado apropriando-se das palavras que estão investidas de valor por todo o grupo, porque são depositários da crença deles.”²¹ Nessa perspectiva o campo político, bem como o campo social, também está repleto de significados que precisam ser interpretados e discutidos.

Na mesma ata não nos possa despercebida, por parte do orador, a apropriação de um artifício jurídico, típico do estado ditatorial brasileiro, a Lei de Segurança Nacional.

A apelação à Lei de Segurança Nacional nos remete àquilo que analisamos no começo, ou seja, a ditadura militar no Brasil se estendeu em todos os estados e municípios do país. Através desse artifício, tentava-se justificar todas as arbitrariedades cometidas pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Como disse Drosdoff:

“As leis de segurança nacional eram tão abrangentes que podiam ser aplicadas a quase qualquer faceta da vida do país. Os tribunais militares se defrontavam com casos que chegavam às raias do absurdo, mas muitas autoridades viam as leis de segurança como mecanismos convenientes para contrapor a seus adversários, quaisquer que fossem.”²²

Nesse sentido, vemos quão impregnada estava a ideologia de um Estado concentrador e regulador do meio social no Brasil. O significado da palavra segurança passava a obter novos sentidos, por muitas vezes, até perdendo seu caráter jurídico, não passando de desculpa para justificar desentendimentos políticos ou particulares como o que vimos na ata citada.

De outro modo, encontramos em trechos da entrevista de Abdelmoumem Melo, aquilo que vínhamos questionando desde o início deste capítulo: a política dos coronéis enquanto extensão da ditadura militar no Ceará. Quando perguntado sobre a relação dos governos estadual e municipal, o então vereador em 1964 responde:

“...a relação era boa, era sempre muito boa porque o governo sempre queria voto em Sobral para os deputados dele e sempre dava muita atenção... o Cesário Barreto teve muito prestígio com o governador Virgílio Távora...”²³

²¹ BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2001. p. 21.

²² DROSDOFF, D. **Linha dura no Brasil**. Global. São Paulo, 2000. p. 84.

²³ Abdelmoumen Melo. Entrevistado em 01/10/03. Sobral - CE

Isso denota uma situação singular do Estado ditatorial do Brasil, ou seja, essa política dos coronéis, ou ainda, todas aquelas práticas de caráter oligárquico, que já foram por nós apresentadas, só ganharam espaço devido à nova forma de organização político-eleitoral (eleições indiretas), assegurada pela força do governo federal.

Durante a Ditadura, o estado do Ceará proporcionou a já decadente cultura oligárquica uma forma de se mostrar presente através de seus signos e representações amplamente explorados pelos líderes da política local. Como definiu Abdelmoumen Melo:

“...a Revolução aqui, é...quer dizer, essa intriga era mais local, era mais do município. Tudo quanto vinha lá de cima, o povo aceitava. Aqui era uma briga mais municipal, porque as facções não se entendiam e tinha os grupos políticos, aqui era mais uma briga entre grupos.”²⁴

Esse depoimento nos permite identificar certo “absolutismo” dos políticos da época. A política do interior era alvo das vontades autoritárias de quem se encontrava no governo municipal.

Aquela política clientelista, proselitista, nepotista e autoritária que havia se formado mesmo antes do Golpe de 1964, no estado do Ceará, permaneceu fiel aos seus caracteres durante todo o regime militar no Brasil.

Comparando dois trechos citados pelo nosso entrevistado, percebemos a cidade de Sobral inserida na política acima caracterizada.

“... O Chico Monte nunca perdoou ser derrotado pelo Palhano, *Chico Monte toda vida mandou em Sobral, toda vida elegeu seus prefeitos. Não perdoava nunca...*”²⁵

Esse trecho nos remete a um período anterior ao golpe militar, período de visível mandonismo político em Sobral. Em seguida veremos o comportamento político do então prefeito Cesário Barreto (1963-1966), um período posterior à Ditadura.

“... mas o Cesário nos perseguiu, foi muita gente preso e essas perseguições..., Palhano cassado, nós passávamos na rua humilhado... porque era adversário do Cesário Barreto, nós éramos Jeromistas.”²⁶

²⁴ Idem.

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

Nessa parte da entrevista, além de ficar claro os continuísmos políticos retirados do sistema oligárquico de outrora, também denota uma representação do contexto político no qual o restante do país se encontrava imerso. Numa carta de 1972, em que Padre Palhano²⁷ escreve a Abdelmoumen Melo se justificando pelo fato de ter se omitido à solicitação feita por Cesário Barreto, possivelmente para que este se posicionasse em favor de sua facção política nas eleições municipais daquele ano, percebemos a sutileza com que a realidade repressora da ditadura atuou em Sobral. Escreve-se na carta:

A propósito da solicitação feita pelo Cesário por via telefonica, o que não deixou de ser uma imprudencia, desejo-lhe informar, para chegar ao conhecimento do mesmo, que a Polícia Federal do Ceará recentemente convocou todos os “cassados” a fim de lembrar-lhes o que preceitua o respectivo Estatuto, como sobretudo para recomendar-lhes sob ameaça, que na presente disputa eleitoral se mantivessem completamente afastados, evitando qualquer pronunciamento, recomendação, que direta ou indiretamente pudesse redundar em proveito de algum candidato, quer da Arena ou do MDB. Disto já tinha conhecimento prévio há cerca de três meses, e sabia dessa disposição fiscalizadora e repressiva que os altos escalões da revolução pretendiam adotar por intermédio da Polícia Federal.
...²⁸

Deste trecho, ressaltamos as estratégias de neutralização política que as forças armadas se utilizaram para cercear a atuação dos partidos locais, já que eleições federais e estaduais obedeciam a um sistema indireto. O cuidado maior devia recair sobre as eleições municipais, impedindo assim que surgisse no interior dos estados um esquema forte de oposição ao regime vigente. Impedido que influências ideológicas opostas aos “pressupostos da revolução” fossem disseminadas, já que se pressupõe que se os “cassados” deviam se manter afastados, inclusive sob “ameaça”, certamente é porque deviam representar alguma ameaça à ditadura, ou então não teriam sido cassados.

Embora se considerando injustiçado quanto ao processo de sua cassação, Padre Palhano em suas palavras nos deixa indícios de quão vigiada era o dia-a-dia dos políticos do Brasil ditatorial e se revela consciente de sua posição de risco com a repressão além de desnudar os mecanismos de sobrevivência a essa censura. No decorrer da carta o padre confessa ao amigo distante:

²⁷ Padre Palhano foi uma importante figura política de Sobral. Pupila de Dom José Tupinambá da Frota, primeiro Bispo de Sobral e mito fundador da cidade, Pe. Palhano foi prefeito e deputado estadual, ocasião em que teve seu mandato cassado e, posteriormente, foi preso por dez anos.

²⁸ Câmara dos Deputados. Rio, 14 de outubro de 1972. Carta de padre Palhano destinada à Abdelmoumen Melo.

...Não podia revelar a origem e nem fonte da informação que tinha. Apenas deveria, defender como se diz, “a minha pele”, e eis aí a causa da “omissão” tanto minha como da Rádio, fato que estranharam, mas acredito, post factum, e conhecendo as disposições de que estão investidos os que no momento detêm o poder, haverão de reconhecer, que estou agindo sensatamente e com toda prudência. O meu compadre sabia dos meus propósitos, de modo que lamento a situação, embora feliz, pois sou vítima de uma cassação injusta e injustificável. Agora só resta aos que contribuíram para a consumação dessa injustiça, festejarem a minha atual impossibilidade de ajudá-los como era meu desejo. ...²⁹

No final do trecho, aparece uma declaração que nos chama atenção para o que tanto ressaltamos nesse artigo, que são as arbitrariedades e contradições políticas presentes nas ações e discursos da Arena dividida. Ao que tudo indica Cesário Barreto enquanto prefeito de Sobral foi condizente com a cassação de Pe. Palhano e agora, contraditoriamente, buscava apoio partidário. Desse modo, pensamos a política de Sobral com características oligárquicas, autoritária, mas que mesmo com expressivo apoio à ditadura vigente, ressaltamos existência de duas arenas e quase nenhuma representação do MDB, não esteve livre de fiscalizações e do controle dos atos e manifestações dos políticos locais. Pe. Palhano sabia dessas limitações e alertou ao amigo abdelmoumen do risco que corriam e que lhe colocavam aqueles que com ele tratassem assuntos políticos de qualquer natureza. Assim encerra sua carta:

Veja que sempre sou e estou bem informado. Quando telegrafei fazendo recomendação para não me tratar assuntos políticos por telefone, era tirando carta de seguro, pois sei que tudo hoje em dia é gravado, e quando fosse porventura advertido, teria já preparada a defesa, compreendeu? Peço prevenir de tudo isto ao Cesário A coisa está meio dura, e não se pode brincar com fogo. Graças a Deus, estou longe daí. A rádio tem o canal a título precário: qualquer imprudência lhe será tomado, então o bom senso manda que se deve agir com as devidas precauções. Estou certo de que esse fato não prejudicará o esquema do Cesário, bastante fortalecido.³⁰

Nesse sentido, remexer no passado implica descobrir um universo de possibilidades de entendimentos e interpretações capazes de construir, destruir ou simplesmente transformar visões e explicações sobre fatos históricos que nos são apresentados de forma objetiva, acabada, fechada para possíveis discussões e problematizações. O contato com as fontes de pesquisa, seja de que caráter for, proporciona uma maior liberdade de interpretação desses fatos, possibilitando uma maior proximidade do pesquisador com seu objeto de análise.

²⁹ Idem.

³⁰ Ibidem.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2001.
- CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- DROSDOFF, D. **Linha dura no poder**, São Paulo: Global, 2000.
- GONDIM, L. M. P. **Clientelismo e modernidade nas políticas públicas – Os “governos das mudanças” no Ceará (1987-1994)**. RS: Editora Unijuí, 1998.
- PARENTE, F. J. C. O Ceará dos “coronéis” (1945 a 1986) In: **Uma nova história do Ceará**. SOUZA, Simone(Org). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. Pp. 381-408.
- VASCONCELOS, G. A. A. **Bela Cruz é nossa! Os Silveira/Oliveira e seus caminhos: (1966-1996)**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000. Dissertação de Mestrado,